



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

## PRÁTICAS DE ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR EM FORTALEZA/CE: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O ASSESSORAMENTO À OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA

**Pedro Vitor Monte Rabelo** (PPGAU / UFBA) - pedrovitormr@gmail.com

*Arquiteto e urbanista formado pela Universidade de Fortaleza. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA) na linha de Processos Urbanos Contemporâneos. Integra o grupo de pesquisa de pe*

**Janaína Carneiro Americano de Brito** (RAU+E/FAUFBA) - janainabritoc@gmail.com

*Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal do Ceará (2018). Pós-graduanda do Curso de Especialização de Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (2021).*

## **Práticas de assessoria técnica popular em Fortaleza/CE** uma análise crítica sobre o assessoramento à Ocupação Carlos Marighella

### **INTRODUÇÃO**

O território materializa tensões, contradições e lutas nos processos de dominação e resistência. Tais processos não podem incorrer a ilusão de que são passíveis de serem lidos apenas por uma chave de interpretação/compreensão. Estas relações ganham relevo quando se trata do território urbano das cidades contemporâneas. Nas últimas décadas, este sofreu influência de novas dinâmicas econômicas que têm impulsionado mudanças representativas na sua forma de organização e funcionamento, influenciando no processo de (re)produção e (des)ordenamento do mesmo. A cidade, então, pode ser compreendida como um campo de experiências, um espaço que relaciona o abstrato e o concreto para o acontecimento, para novos agenciamentos, aberto para o que as encruzilhadas das partilhas com o outro possibilita.

A pandemia da COVID-19 descortinou um conjunto de precariedades urbanas que colocou em ainda maior evidência as lutas pelo direito à cidade. Essas questões permanecem atuais e estão presentes desde a incipiente urbanização no Brasil no fim do século XIX e as primeiras intervenções higienistas nos grandes centros urbanos, consolidando a periferação como modo contínuo de intervenção nas cidades, regidas sob uma dinâmica sociourbana desigual. No entanto, os impactos de uma crise sanitária mundial, aliada à necessidade de isolamento e distanciamento social e, conseqüentemente, a uma crise generalizada na economia urbana, agravaram ainda mais os problemas latentes nas cidades contemporâneas nos países de elevada concentração de renda e desigualdade social.

A conjuntura pandêmica torna-se ainda mais crítica quando se trata das questões referentes ao déficit habitacional qualitativo, em decorrência da segregação socioespacial que conforma o desenvolvimento territorial das cidades brasileiras, cenário que predomina nos territórios populares periféricos, que encontram-se à margem. Esse fator tem maior impacto nos corpos das pessoas que são mais precarizadas e subalternizadas, que não têm moradia e resolvem ocupar terrenos vazios ou subutilizados em caráter de emergência, por meio de lutas coletivas em busca do direito à cidade e à moradia digna. Por outro lado, momentos de crise com grandes desafios podem representar fagulhas para o surgimento de formas alternativas e coletivas de enfrentá-los e superá-los. Os movimentos sociais, de uma forma geral, tiveram que se adaptar e reestruturar suas agendas e pautas a partir do tempo da urgência instaurado pela pandemia.

É nesse contexto que se tem início o processo de ocupação em um terreno privado vazio, sem cumprir sua função social, no bairro Mondubim, na periferia da cidade de Fortaleza, Ceará. A ocupação data de junho de 2020 e começa a partir de uma única família, nas duas semanas seguintes, tem-se a adesão de outras famílias e de movimentos sociais organizados. Ocupando um terreno bastante alagável e sofrendo constantes ameaças de remoções, essas famílias passam a se organizar de maneira que diversos outros grupos de assessoria passam a compor esse círculo de lutas.

O presente artigo é composto, portanto, de uma reflexão exploratória da experiência que se desdobra a partir do caso da Ocupação Carlos Marighella articulando com uma mobilização teórica e prática sobre o papel do conflito e o contraplanejamento, assim como a atuação da assessoria técnica popular. Isto posto, o trabalho está dividido em cinco partes, fora a introdução aqui apresentada, sendo: um momento de contextualização da ocupação frente às dinâmicas da cidade pautando sua origem; seguindo um diálogo da experiência com a literatura sobre conflito e contraplanejamento; onde, em terceiro momento será detalhado o plano elaborado pelo coletivo de assessorias em prol da luta e resistência da ocupação. Após isso, é tensionado o papel da assessoria frente à atuação desenvolvida no território. Ao término do texto, apresenta-se as considerações finais com aberturas reflexivas sobre o que processo e seus desdobramentos.

## **A OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA E A CIDADE DE FORTALEZA**

A expansão da cidade de Fortaleza se deu em um contexto de produção do espaço urbano marcado pela ausência de uma política urbana que priorizasse o desenvolvimento justo e democrático da cidade. Caracterizados pela ocupação por parte da população pobre e por irregularidades urbanísticas e fundiárias, os assentamentos precários foram reflexo dessa forma de crescimento urbano. O descompasso entre as políticas urbanas e habitacionais continua a produzir uma cidade cada vez mais segregada. Não há um efetivo enfrentamento em relação às problemáticas no âmbito fundiário e da especulação imobiliária por parte do Estado, o que “põe em risco o objetivo da contenção da proliferação de assentamentos informais em espaços inseridos na cidade.” (Freitas e Pequeno 2015, pg. 58).

Assim, revela-se que as raízes da crise habitacional nunca foram efetivamente combatidas pelo planejamento urbano em Fortaleza. Os ganhos em participação popular, na instituição da função social da propriedade e na distribuição dos ônus e benefícios da urbanização que as legislações brasileiras garantiram, nos últimos anos, com o Estatuto da Cidade e a elaboração dos Planos Diretores Participativos, não foram suficientes para construir uma cidade mais democrática. Logo, ainda é necessário que os movimentos populares se organizem por fora dos campos normativos a fim de efetivar suas conquistas.

Diante desse cenário, conhecer a realidade da cidade de Fortaleza e os conflitos relacionados ao planejamento estatal e à crise habitacional é importante para a compreensão do contexto por trás dos planos populares, no âmbito desse trabalho a partir da análise crítica do processo de assessoramento técnico junto a Ocupação Carlos Marighella que culminou na elaboração de um Plano Emergencial de Negociações logo no início do processo. As famílias da ocupação reivindicam o seu direito à moradia digna por meio de um ensaio coletivo de construção de uma alternativa ao planejamento urbano estatal e, respectivamente, aos seus impactos.

Destaca-se, então, o fato de que tal problematização acerca dos efeitos sobre a produção do espaço urbano e suas práticas intervencionistas, articulando as relações de poder entre Estado, mercado e sociedade, sobretudo no âmbito do direito à cidade, tem apontado para discussões e experimentações de práticas contra-hegemônicas, que se contrapõem ao planejamento e à urbanização neoliberal em busca do comum.

Segundo Dardot e Laval (2017), o comum, como princípio político ligado à ação coletiva, está no repertório dos movimentos sociais que questionam a ordem capitalista e o Estado empresarial desde a década de 1990. Contra a apropriação privada das esferas da vida, o comum aponta para a construção de um novo caminho e para a criação de um novo sujeito coletivo. Nesse sentido, a emergência do comum, como enfatizam os autores, só pode se dar por meio da atividade prática.

O conflito, enquanto instância ligada à atividade prática, parte de uma reorganização do presente lidando com as possibilidades que estão em jogo. Há, muitas vezes, um movimento de antecipação colocando o próprio conflito e o ato de resistência como algo na ordem da inovação, extrapolando a concepção exclusiva de um gesto reativo. Ao se pensar em imaginário relacionado com o conflito é possível lidar com aquilo que “não está” ao mesmo tempo que se lida com o “e se”. Vestígios de possibilidades e esperança começam a ser iluminados.

Enquanto acontecimento e experiência, a instância do conflito, só tem a potência transformadora de abrir novas janelas do possível, muito interligado entre a troca e o contato do eu com o outro, estabelecendo partilhas de imaginários e perspectivas díspares. Para Lazzarato:

O acontecimento nos faz ver aquilo que uma época tem de intolerável, mas também faz emergir novas possibilidades de vida. Essa nova articulação de possibilidades e de desejos inaugura, por sua vez, um processo de experimentação e de criação. É preciso experimentar aquilo que a transformação da subjetividade implica e criar agenciamentos, dispositivos, instituições capazes de se utilizar dessas novas possibilidades de vida [...] novas relações com a economia e com a política-mundo, uma maneira diferente de viver o tempo, o corpo, o trabalho, a comunicação, outras formas de estar junto e de entrar em conflito etc. (LAZZARATO, 2006, p. 12)

Quando tratamos de conflitos urbanos no Brasil, no centro da questão está o acesso e controle da terra. Há uma intensa desqualificação das formas de ocupação do espaço por populações pobres e vulnerabilizadas, sendo uma das formas de dominação e apagamento dos conhecimentos e relações existentes nesses territórios, a fim de “recuperar a ordem” (ordem essa que se restringe a ordem política e de mercado). Fica evidente o tensionamento na ordem vigente quando algumas famílias que não tinham condições de pagar mais aluguel diante de uma crise econômica e sanitária, iniciam o processo de ocupação de um terreno vazio na cidade. A partir desse processo, a linearidade da ordem é, em pouco tempo, rompida por lógicas transversais que tangenciam a existência e sobrevivência das 85 famílias que deram corpo ao movimento nas semanas seguintes e que não apresentam outra alternativa de moradia. Todavia, o *donos do terreno* aparece acompanhado do poder público para “solucionar” tal situação de forma a ocultar a ação de violência, que é retirar a única alternativa de moradia daquelas famílias em meio a uma crise sanitária. Assim, os conflitos emergem e se intensificam a partir da tentativa de inviabilizá-los e de homogeneizar o pensamento e as formas de ocupação e relação com o espaço urbano.

Nesse contexto de conflito e planejamento em prol do comum, estabelecendo direta relação com pautas pelo direito à cidade e à moradia digna, movimentos populares e assessorias técnicas se articularam em torno da Ocupação Carlos

Marighella. A ocupação teve início com a atual crise econômica, agravada pela pandemia de COVID-19, quando algumas famílias deram início, no dia 8 de junho de 2020, ao processo de ocupação de um terreno abandonado há mais de 30 anos no bairro Mondubim, na periferia de Fortaleza. Na semana seguinte, com a aproximação de movimentos sociais, esse número contabilizava em aproximadamente 85 famílias. Não havia construções ou quaisquer tipos de divisórias delimitando o terreno, possibilitando que a ocupação se desse sem obstáculos. No entanto, desde o seu início, os moradores sofrem com intimidações policiais e de seguranças de empresas privadas contratadas pelo proprietário do terreno, que realizaram a derrubada de barracos dos moradores sem apresentar ordem judicial.

Devido às diversas ações desenvolvidas, como a formulação de um Plano Emergencial de Negociação, a Ocupação Carlos Marighella (OCM) tem conseguido muitas vitórias, como os sucessivos adiamentos do despejo e, mais recente e significativo, a concessão de um terreno público por parte da Prefeitura de Fortaleza para a construção das unidades habitacionais por autogestão.

É nesse processo que se tem a aproximação da OCM com a Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade, que mobiliza outros profissionais de arquitetura para se somar na formulação de um documento que garantisse a permanência daquelas famílias no terreno originalmente ocupado ou que dessem alternativas para a negociação com a prefeitura municipal. Dessa maneira, é elaborado o Plano Emergencial de Negociações (PEN), com a sua primeira versão sendo escrita em apenas cinco dias, com um estudo baseado na exequibilidade da proposta, trazendo experiências de produção de moradias por autogestão que já foram implementadas e realizando um levantamento de terrenos vazios no entorno imediato da ocupação, com a proposição de unidades habitacionais a partir dos parâmetros previstos na Legislação de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (LPUOS).

Contando ainda com o apoio do Escritório Frei Tito - Escritório de Assessoria Jurídica Popular e da Defensoria Pública da União, a ocupação conseguiu, a partir da ação direta, se mobilizar em diversos atos, o que resultou nos sucessivos adiamentos do despejo. Ademais, foi possível ainda um aprofundamento, feito pelo grupo de arquitetos e urbanistas, em estudos e proposições para a elaboração de mais uma versão do PEN.

O autor Orlando Alves dos Santos Junior (2015), mergulhando nos pensamentos do filósofo Henri Lefebvre e do geógrafo David Harvey, enfatiza a relação do conflito decorrente das lutas em prol do comum reforçando que tais espaços podem:

“(...) abrir caminhos inovadores de se pensar as diferentes formas de apropriação dos espaços urbanos coletivos pelos distintos agentes sociais e os conflitos sociais daí decorrentes, além de iluminar novas possibilidades de ação e rebeldia coletiva” (SANTOS JUNIOR, 2015, p. 197).

A trajetória da Ocupação Carlos Marighella foi marcada pela constante luta e pelos atos de resistência para a permanência das famílias no local que ocupam. Esses atos apresentam como resultados os consecutivos adiamentos da data de reintegração de posse por meio judicial, a desafetação de um terreno público pela

prefeitura municipal e o diálogo com a Habitafor para elaboração do projeto das unidades habitacionais

A conjuntura gerada pelo COVID-19 apresenta-se, portanto, apenas como uma camada mediante outras tantas precariedades e desigualdades que aquelas famílias vivenciam no seu cotidiano. A princípio, teve um papel de sustentar e enfatizar pautas e agendas históricas dos movimentos sociais, como é o caso da moradia digna. Isto, ao analisar os pareceres judiciais, só desvela e reforça o fato da hegemonia da propriedade privada em detrimento de corpos sem nenhuma outra alternativa de moradia, onde para estes a propensão de contaminação pelo vírus é mais um aspecto dentre outros que precisam ser enfrentados no dia a dia.

Mesmo no atual contexto, o diálogo com o poder público sobre as alternativas não aconteceu de forma acessível. Foi conduzido com morosidade dentro dos órgãos públicos responsáveis pela habitação, frequentemente causando impressão de uma tentativa de esgotar o movimento pelo cansaço, mesmo que o momento seja de urgência e demande medidas rápidas e eficazes para o enfrentamento da pandemia.

Enquanto isso, foi possível que a equipe de assessoria técnica aprofundasse uma segunda versão do PEN, o documento restringiu o número de terrenos a serem estudados, se limitando a um público e um privado nas imediações do terreno ocupado originalmente. A partir dessa filtragem na quantidade de terrenos, foi possibilitada uma exploração mais detalhada quando o teor propositivo do plano. Nesse sentido, foram elaborados estudos de implantação visando a enfatizar a viabilidade espacial para a construção das unidades habitacionais que atendessem a demanda da OCM. Em paralelo foram delimitados caminhos institucionais possíveis de viabilizar a proposta, assim como uma análise do orçamento público desnaturalizando a narrativa de ausência de recursos para a demanda habitacional .

O documento foi apresentado no dia 24 de novembro de 2020, em audiência pública realizada com a Habitafor, entretanto, sem respostas até o dia 02 de dezembro de 2020, quando o movimento utilizou como alternativa, então, a ação direta a partir da ocupação a sede do Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido do atual e do futuro prefeito, que entra em exercício em 2021, para pressionar um diálogo direto com os chefes do executivo. Os meios de comunicação foram de muita importância para a escala de importância que a ocupação alcançou. Articulada com a campanha nacional do Despejo Zero, realizaram-se lives para apresentação da situação da ocupação, assim como do plano de negociação que foi elaborado. Logo após a ocupação da sede do PDT, a notícia já circulava em diversas plataformas e foi um dos principais mecanismos utilizados para gerir a doação de mantimentos e suprimentos para o apoio à ocupação de forma geral.

Assim, os ocupantes conseguiram que o prefeito se comprometesse publicamente com a doação do terreno público mapeado no plano elaborado para a viabilização da construção das moradias para a ocupação. Tal conquista é extraordinária no contexto de luta por moradia, principalmente em Fortaleza. Toda essa movimentação tem dado a OCM grande visibilidade e apoio, e esse caso de planejamento popular traz importantes reflexões para o campo dos movimentos sociais, assessorias e lutas pelo direito à cidade.



**Figura 1 e 2:** Imagens da ocupação da Sede do PDT pelas famílias da OCM.

Fonte: Redes sociais da ocupação. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CI5z-e215cV/>.

Nessas formas insurgentes de produção do espaço, portanto, revelam-se as contradições do sistema neoliberal. Os conflitos e as lutas sociais se apresentam como práticas contestadoras, que contribuem, dessa forma, para a reflexão acerca de uma contra-hegemonia da questão urbana, fundamentada no direito à cidade e transpassada pelas lutas pelo comum.

A ocupação encontra-se nesse lugar de disputa e tensionamento das lógicas de opressão impostas. Caminhando para a desnaturalização do imenso e perverso consenso em torno de um futuro único, afirmando que não há só um modo de viver, de conceber a vida e o futuro. Lutando portanto por um planejamento inclusivo e igualitário que se articule e atualize a partir das demandas locais, rompendo, ao seguir permanecendo no território, com as lógicas do mercado e dos mecanismos de despossessão vinculados à política habitacional voltada para os grandes conjuntos habitacionais nas bordas da cidade.

### **CONTRA-PLANEJAMENTO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA**

A proposição de planos e projetos alternativos, como forma de luta e resistência às populações ameaçadas de remoção, não é uma prática nova. Segundo Tanaka (et al, 2019), “contexto histórico político em que se apresentam, o conflito (ou confronto) político no qual se inserem, e as estratégias de luta e resistência que se estabelecem, porém podem alterar os sentidos da experiência”. É a partir disso que se busca analisar o contexto do Plano Emergencial de Negociações da Ocupação Carlos Marighella.

Os planos e projetos alternativos, em geral, são instrumentos utilizados como contra-propostas a projetos do mercado imobiliário ou intervenções urbanas que promovem o deslocamento forçado, despejos e remoções. No caso do PEN, ele não é elaborado como uma contraproposta a um projeto existente, mas sim como um documento de negociação que antecede a ação do Estado com o intuito de demonstrar a viabilidade das famílias serem realocadas em algum terreno próximo com as unidades habitacionais sendo construídas por autogestão a partir do financiamento público.

É nesse contexto que a partir da ação direta, com os atos constantes e com a ocupação do PDT, que se consegue uma reunião com o prefeito em gestão. Em

posse do documento, no qual constava o mapeamento de terrenos, foi possível conseguir a desafetação do terreno. Considerando a estratégia como uma prática insurgente, indo de acordo com Miraftab:

“Conforme o planejamento insurgente descentraliza o papel da representação e dá atenção à ação direta e aos meios de inclusão, ele muda também o sujeito de sua teorização – do planejador para o planejamento. Na arquitetura conceitual do planejamento insurgente, planejadores profissionais nada mais são que um ator em um conjunto de atores que conformam o questionável campo de ação conhecido como planejamento. A preocupação principal é portanto com as práticas e não com seus atores.” (MIRAFTAB, 2016, pg. 368)

As práticas insurgentes adotadas pelos movimentos sociais e pelas famílias da OCM, principalmente com a ocupação do PDT, que forçou o diálogo direto com o prefeito, demonstra a importância dos movimentos radicais estarem constantemente reinventando seus espaços de ação através de “práticas de ruptura e criação” (Miraftab, 2016). Foram essas práticas que garantiram em seis meses, para além da permanência das pessoas no local, a desafetação de um terreno para as famílias, algo, até então, não visto na história da luta por moradia em Fortaleza. Portanto, credita-se potencial transformador de carácter disruptivo às iniciativas que tensionam o Estado como lócus de transformação social:

“Se um programa de reformas está impedido de se realizar na periferia do capitalismo, o ceticismo em relação ao papel do Estado como locus da transformação social parece o mais apropriado e, nesse contexto, os projetos que se pretendem autonomistas devem ser observados como importantes espaços de experimentação e de possível radicalização da luta popular.” (USINA CTAH, 2015, pág. 96)

Neste sentido, é possível iluminar nas margens e a partir dela, assim como nas periferias, pelas experiências dos próprios moradores destes territórios no planejamento, o potencial para proporcionar uma compreensão mais clara dos desafios do planejamento de forma geral, mas também relações de poder que estão em jogo na produção do espaço. Dialogando com bell hooks (1991), existe a possibilidade de escolher a margem como um espaço de abertura radical.

A busca por um projeto pautado na autogestão e não apenas na construção de conjuntos habitacionais tradicionais, também demonstra a busca desses movimentos de garantir, não um planejamento inclusivo, mas um planejamento que tem como agentes principais os moradores da ocupação.

A autogestão e autoconstrução porta, em seu cerne, formas como os projetos populares pensam e sentem a cidade, tomando-a como um horizonte de esperança e responsabilidade mútua, através dos laços e sociabilidades que a partir dela afloram. De acordo com AbdouMaliq Simone (2006, p. 359), a autoconstrução começa a tomar forma, de maneira lenta e gradativamente, de um “sistema perceptivo” para a cidade, senão de cidade. Estaria funcionando como uma matriz sensorial que apresenta ancoragem provisória na cidade.

Neste sentido, os territórios considerados autoconstruídos ou autogeridos, mesmo com suas camadas de precariedades, ensejado, pelo par dialético, ausência e presença, referente à atuação do Estado, assim como pela lógica assimétrica de relação de poder à luz da lógica hegemônica de produção capitalista do espaço

(CALDEIRA, 2017; SANTOS, 2002), vêm se mostrando como repertórios do ser, fazer e sobreviver frente à obscura constelação de crises (econômicas, sociais, políticas, e sobretudo sanitária) que perpassa o urbano.

A experiência da OCM vem iluminando vestígios de práticas e lutas sociais que se orientam para a produção do coletivo, usos autogeridos, configurando assim uma rede de agenciamentos de solidariedade e partilhas pelo comum. A partir dessas encruzilhadas é possível sinalizar para formas variadas de resistir e existir frente às práticas hegemônicas de dominação e opressão. É importante destacar que não se resumem a negar o Estado, tampouco assumir o seu papel, mas tensionar partilhas inventivas que articulem as variadas escalas que estão dadas no campo político e social.

É importante deixar claro que não trata-se de ignorar o processo de periferização que a OCM, mas também tantos outros territórios populares passam, mas entender que estes territórios não podem ser lidos exclusivamente pela chave da exclusão e da precariedade. É preciso uma interpretação que fuja das leituras dicotômicas e homogeneizantes, complexificando as relações e os atores envolvidos no processo de (re)produção do espaço urbano. Pois, dialogando com Zibechi (2015), acredita-se que nos territórios populares periféricos, sobretudo em iniciativas de ocupar terrenos não utilizados que não cumpram a sua função social, encontram-se novos imaginários de formas urbanas, gestão e planejamento.

“As periferias urbanas das grandes cidades vêm formando um mundo próprio, que percorreu um longo caminho: da apropriação de terras e do espaço à criação de territórios; da criação de novas subjetividades à constituição de sujeitos políticos novos e diferentes [...] que dão passagem às novas economias contestatórias [... Com relação a] este longo processo em toda sua complexidade [...] ainda não descobrimos todas as suas potencialidades” (ZIBECHI, [2011] 2015, p. 91).

## **PLANO EMERGENCIAL DE NEGOCIAÇÕES**

O Plano Emergencial de Negociações nasce da parceria de assessorias técnicas, Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade e Escalar - Coletivo de Assessoria Técnica Popular, e profissionais autônomos de arquitetura e urbanismo, contando com a consultoria de representantes do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar e do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA/CE) e de mobilizadores sociais da OCM. Além, claro, da direta participação dos moradores da ocupação.



**Figura 3** - Primeira e segunda versão do PEN-OCM  
 Fonte: Acervo da Equipe de Assessoria Técnica/Anderson Santos (2020)

A primeira versão do plano buscou trazer um resgate do processo de ocupação do terreno, seguindo para uma proposta de projeto piloto para a produção habitacional por mutirão autogerido a partir das seguintes análises: o porquê do mutirão autogerido, a questão fundiária em Fortaleza, com a análise dos vazios urbanos e da capacidade habitacional desses vazios, uma análise institucional a partir dos agentes que estariam envolvidos nesse processo e a viabilidade financeira da proposta.

Assim, nessa primeira versão, foram mapeados cerca de 20 vazios urbanos a partir de dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHISFor e do levantamento realizado pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR. A partir disso, foi realizada uma análise daqueles considerados mais indicados para a produção habitacional, focando em 5 terrenos principais. Calculou-se, então, a capacidade construtiva desses terrenos a partir da metodologia utilizada pelo PLHISFor de cálculo de capacidade em diferentes tipologias.



**Figura 4: Mapa de vazios urbanos identificados no entorno da Ocupação Carlos Marighella**  
 Fonte: Plano Emergencial de Negociações - OCM (2020)

Essa estratégia tinha como objetivo demonstrar a existência de terrenos desocupados que não cumprem sua função social e suas várias possibilidades de implantação. Confrontando essas possibilidades com dados do déficit habitacional de Fortaleza.

Ainda nesse plano, foi proposta uma estruturação dos agentes envolvidos para o desenvolvimento de um projeto piloto de habitação por mutirão autogerido. Considerando o envolvimento de uma equipe multidisciplinar que pudesse acompanhar todo o processo de mutirão. Assim, a proposta se baseou no financiamento advindo da Secretaria das Cidades com o gerenciamento de recursos sendo feito pelos mutirantes. O projeto arquitetônico e urbanístico seria realizado por equipe de assessoria técnica escolhida pelos próprios moradores e a etapa de obra seria articulada à equipe de regularização fundiária da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (Habitafor), e a equipe da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinf) seria responsável pelo diagnóstico da infraestrutura existente e das obras futuras, contando ainda como uma equipe de apoio social da Secretaria das Cidades e da Habitafor. Dessa maneira, o plano se desenvolveria baseado no tripé da autogestão, incluindo: Estado, Assessoria Técnica e Movimentos Sociais.

Por fim, o documento demonstra a viabilidade financeira da proposta, a partir de um orçamento preliminar de custo de produção das unidades habitacionais. Para isso, foi realizada uma análise dos orçamentos referente à habitação da Secretaria das Cidades como da Prefeitura Municipal de Fortaleza, fazendo um comparativo entre o valor previsto para os últimos anos e o valor executado.

Após reunião realizada com a Habitafor, mudou-se o escopo do documento para a segunda versão do plano. Se na primeira versão falava-se em mutirão autogerido, na segunda focou-se de maneira mais enfática no processo de autogestão, de maneira a fazer uma mediação entre prefeitura e movimentos sociais, mas sem tirar o objetivo principal de que os moradores da ocupação seriam os principais gestores desse processo. Isso se deu por considerar o tempo de urgência e as prioridades das famílias e dos movimentos sociais, visto que com o mutirão autogerido seria necessário a criação de uma nova política, enquanto com a autogestão seria mais fácil os trâmites burocráticos, por considerar a participação direta do Estado em diversas etapas do plano.

Assim, com a segunda versão do documento foi possível trazer uma contextualização mais aprofundada sobre os territórios populares periféricos e políticas habitacionais em Fortaleza, o histórico da ocupação e sobre a autogestão nas políticas habitacionais. A parte propositiva estava estruturada em 3 eixos: viabilidade espacial, abordando novamente a questão fundiária, o estudo de capacidade dos terrenos e adicionando estudos de implantação, viabilidade institucional e viabilidade financeira, analisando, além do orçamento municipal, o orçamento do Governo do Estado.

Antes desse aprofundamento, foi realizada uma discussão junto à ocupação, visto que o primeiro foi elaborado em apenas 5 dias, dessa vez foi possível trabalhar de maneira relativamente mais participativa, ouvindo os moradores da ocupação. Destaca-se, por ora, a relevância do processo de construção de um plano de negociação, haja vista o diálogo possibilitado com o Estado de forma a repensar sua

política habitacional trazendo para o debate a autogestão. Para além do canal de comunicação criado com a figura estatal para a demanda da ocupação, foi possível, a partir do contra-planejamento, instrumentalizar a luta em prol da permanência daquelas famílias de forma a minimamente assegurar uma alternativa de moradia para as mesmas.



**Figuras 5 e 6:** Imagens da apresentação do PEN na Ocupação Carlos Marighella  
Fonte: Acervo da Equipe de Assessoria Técnica (2020)

Seguindo a mesma lógica da primeira versão, de demonstrar os vazios urbanos do entorno da ocupação, nessa segunda versão os estudos foram restritos a dois terrenos, um público, logo acima do ocupado originalmente, e um privado nas proximidades. Com isso, reduziu-se o número de possibilidades e ampliou-se o nível de apropriação dos movimentos sociais no momento da reunião de negociação. Visto que as famílias não queriam sair da região, por terem vindo do mesmo bairro ou de bairros do entorno, o foco se deu no terreno público, que, como citado anteriormente, após a luta organizada gerou frutos, como a desafetação do terreno.



**Figura 7:** Mapa com os terrenos vazios identificados no PEN (segunda versão)  
Fonte: Acervo da Equipe de Assessoria Técnica (2020)

Atualmente as famílias se encontram no terreno desafetado (terreno 01 identificado no mapa), iniciando o processo de transição em fevereiro de 2021. Com o período de lockdown que se estendeu até meados de agosto, as articulações foram retardadas, vindo a retornar com mais força a partir de setembro. Desde então, os movimentos sociais junto com as assessorias vêm realizando atividades e reuniões de modo a avançar no processo de projeto, para então sair do plano de negociações e entrar no contra-projeto, com a proposta de plano popular multidisciplinar<sup>1</sup>. É constantemente articulado, portanto, as diferentes escalas de atuação, desde uma ação mais emergencial a um planejamento de médio/longo prazo, assim como os diversos tempos e urgências que transpassam a experiência da ocupação.



**Figuras 8 e 9:** Imagens do terreno atual da OCM  
Fonte: Acervo da Equipe de Assessoria Técnica (2021)

A articulação em torno da elaboração do Plano Emergencial de Negociações foi de fundamental importância para o entendimento da relação de troca entre saberes técnicos e populares. Essa compreensão parte da ideia, sempre reforçada pelos movimentos sociais nos espaços de discussão da OCM, de que a luta se torna mais forte com atuação política combinada com o enfrentamento prático e com o saber técnico multidisciplinar, por isso a seguir amplia-se a discussão acerca desse processo de assessoria técnica popular, buscando aprofundar a análise crítica da ação de assessoria frente à luta por moradia.

## **O PROCESSO DE ASSESSORIA TÉCNICA EM PERSPECTIVA CRÍTICA**

A ação de assessoria técnica popular vem sendo constantemente confrontada pela magnitude e complexidade dos desafios do planejamento contemporâneo no que diz respeito às lutas pela garantia de moradia digna e direito à cidade. É preciso destacar o planejamento como instância inerente à atuação da assessoria, onde nesse sentido, a partir do entendimento da participação como uma

---

<sup>1</sup> Esse processo de elaboração de um plano popular tem início junto ao Edital de Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU/CE) no qual a equipe de assessoria foi beneficiada com a aprovação de um projeto para a Ocupação Carlos Marighella. Assim, de setembro a dezembro de 2021, a equipe elaborou oficinas de modo a avançar no estudo preliminar de implantação no terreno desafetado e no projeto da unidade habitacional. O objetivo é discutir em cima dessas propostas junto às famílias e aos movimentos sociais até chegar em uma proposição que seja bem aceita e possa ser levada para negociação com a Prefeitura Municipal.

forma prática de planejamento, surgem as noções de planejamento insurgente, por exemplo.

Estas abordagens interpretam a participação não apenas como ferramenta para implementação do planejamento, mas como uma abordagem que auxilia o reconhecimento de outras práticas e de narrativas existentes que muitas vezes não são consideradas ou que estão fora das experiências que trabalham com a participação no planejamento. Todavia, é preciso analisar sob perspectiva, pautando seus desafios e suas limitações.

A proposta processual construída para o assessoramento da OCM foi pensada de forma a, minimamente, romper com a prática participativa que enxerga os moradores como convidados e não como atores direto da ação de luta e resistência, onde busca-se um constante intercâmbio de experiências e pluriálogos possibilitando, assim, a troca de saberes. É investido, assim, nos seguintes aspectos: fomento de uma consciência historicizada; planejamento como um processo de aprendizagem política; possibilidade de propor imaginações alternativas para o futuro baseado na solidariedade e autogestão; enxergar os atores moradores como emissores, para além de receptores.

A Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, representa um importante marco legal na garantia do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal. A lei permite uma diversidade de atuação dos profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia, como pode ser visto a seguir:

I - servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;

III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área;

IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município.” (BRASIL, 2008)

Essa pluralidade de atuação permitiu, a partir do surgimento de organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil (OSCs), assim como das residências universitárias, a ampliação da sigla de ATHIS. O que quer dizer que, corroborando com Santo Amore (2020, pg. 09), “é assessoria técnica, política, popular que fogem da sigla de ATHIS inventada na Peabiru entre 2015 e 2016”, expandindo a atuação do assessor para, além do assessoramento em projetos de habitação, ao suporte de projetos em outras escalas, bem como ao papel de mediador de conflitos, enquanto profissional que auxilia na composição de documentos e estratégias de luta junto aos movimentos sociais.

Nesse sentido, entende-se que o papel da assessoria técnica desenvolvido até o presente momento junto à OCM, passou por diferentes escalas. No começo do

processo, atuou como um mediador de conflitos ante aos entes públicos, elaborando documentos técnicos para viabilizar negociações, mas também atuou ao longo do ano com questões mais práticas de arquitetura, desde o levantamento dos barracos até a proposição de um desenho de loteamento para a ocupação.

Assim, entende-se que o papel desse profissional que atua na luta pela garantia de direitos sempre esteve associado à disputa política e à mobilização social. Assim, para encerrar este tópico e exemplificarmos as discussões realizadas até esse momento através da materialização da atuação, trazemos a seguinte reflexão realizada pelo grupo Usina Ctah:

“Situamos, portanto, quem somos nós e qual o nosso papel: **técnicos que não vieram dar solução pronta e “verdadeira”, mas que mostram os diversos caminhos e possibilidades para um projeto habitacional** (ou educacional, cultural, de lazer) que realmente represente a aspiração daquele grupo. As relações tidas como naturais – o cliente contrata o arquiteto, que concebe o projeto à sua vontade, e depois o próprio cliente vê seu produto se materializando pelas mãos de outros empregados, os trabalhadores no canteiro de obras – são repensadas: **no processo autogestionário de construção da moradia, os arquitetos e outros técnicos são chamados pelo movimento organizado, desenvolvem as atividades para um processo coletivo de projeto, e depois aquelas famílias que participaram da concepção também participarão da obra, que será gerida por elas**” (USINA CTAH, 2015, pg. 158 grifo nosso)

Desse modo, é posto em xeque a própria atuação do profissional de arquitetura e urbanismo, enquanto assessor técnico popular, ao articular e desenvolver o seu trabalho a partir das encruzilhadas existentes nos diferentes contextos socioespaciais e limitações interinstitucionais. Entende-se, porém, a heterogeneidade da própria cidade e a atuação desse profissional como elementos de um complexo jogo de força e tensionamentos existentes que vai além de uma solução pronta ou verdade absoluta.

A partir de uma atuação mais direta em maior quantidade das assessorias técnicas os processos de urbanização mais recentes têm demonstrado um cenário diferente das dos anos anteriores, onde enxergavam os territórios como campo de obra vazio e desocupado, mesmo que não estivesse, impondo uma imagem de cidade a partir de um olhar originado e reproduzido pelas classes dominantes, oprimindo e contribuindo para o apagamento de fazeres e saberes que ali já existiam. A articulação em rede dos moradores destes territórios, movimentos e organizações em prol da justiça habitacional e direito à cidade possibilitou uma mudança, em maior ou menor escala, no caráter intervencionista a qualquer custo do Estado.

Não trata-se de dar credibilidade exclusiva aos assessores técnicos populares, pois eles se apresentam mais como mediadores dos saberes técnicos e populares, articulando os saberes e os fazeres do que os responsáveis por germinar os processos de resistências nos territórios. Mas entender essas articulações e agenciamentos em pela justiça habitacional que tem possibilitado iluminar novos horizontes para as cidades contemporâneas. Porém, ainda é necessário um debate sobre a dificuldade, e até mesmo mecanismos e ações, para romper o entendimento e a interpretação do assessor enquanto tutor. É urgente, portanto, refletir e pôr sob perspectiva crítica a compreensão do papel tutelar que os assessores ainda, mesmo que inconscientemente, corporificam ao debruçar-se sobre ações no território.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao se pensar sobre espaço, território, e seus processos de territorialização oriundos da ocupação individual ou coletiva dos seres humanos, estamos falando de movimentos heterogêneos e desiguais. Sobretudo no contexto de constantes crises que assolam o urbano nas cidades contemporâneas. Esses movimentos são regulados e estratificados a partir de uma codificação de linguagem, muitas vezes violenta, que envolve ao mesmo tempo que inclui, exclui. O par dialético da inclusão e exclusão baseia-se no estabelecimento de uma ordem hegemônica de formas de fazer e agir no espaço, pautados sobre relações de dominação, que ao mesmo tempo que possibilita a construção de tipos de enunciação específicos, incorre em desprezo por outras influências, abandono de matrizes originárias e apagamentos, assim como aponta Foucault (2008).

A cidade aqui é interpretada como algo heterogêneo, abrigando não somente formas hegemônicas, mas também territorializações outras que resistem à lógica imposta. Então, esta pode ser compreendida como um campo de experiências, um espaço que relaciona o abstrato e concreto para o acontecimento, para novos agenciamentos, aberto para o que as encruzilhadas das partilhas com o outro seja possibilitada.

Dito isso, é válido mensurar o caráter processual da compreensão da assessoria técnica em arquitetura e urbanismo. Onde o processo de aprendizagem e atuação política transpassa a ação em quase todos os momentos. Neste sentido, a atuação corporifica-se de forma fluida e em constante movimento, sendo preciso saber lidar com essas lógicas transversais que sobrepõem-se à atuação de assessoria técnica. A temporalidade é, dessa forma, uma instância em constante tensionamento. Tendo a apreensão da cotidianidade destes territórios e das limitações institucionais e profissionais da atuação. Articular os diferentes tempos possa ser o principal desafio posto.

O Plano Emergencial de Negociação demonstrou-se enquanto contribuição no sentido de colocar em destaque a luta coletiva pela cidade apresentando um duplo papel de denunciar e expor os processos de precarização impostos assim como possibilitar trocas entre os saberes populares e técnicas. É iluminado, assim, a capacidade de caminhar para a formação de sujeitos políticos coletivos engajados na luta pelo comum, rompendo, minimamente, com as estruturas e mecanismos de exclusão do planejamento institucionalizado.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. *Lei Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008*. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 dez. 2008.

CALDEIRA, Teresa PR. *Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south*. Environment and Planning D: Society and Space, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Revista Lugar Comum n.º 49 – outono de 2017, pp 217-226 (tradução de Renan Porto).

FOUCAULT, Michael. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008.

FREITAS, Clarissa Sampaio; PEQUENO, Luis Renato Bezerra. *Produção habitacional na Região Metropolitana de Fortaleza na década de 2000: avanços e retrocessos*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 17, n.1, abril, 2015.

HOOKS, bell. (1991). *Yearning: race, gender, and cultural politics*. Turnaround, London.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Civilização Brasileira, 2006.

MIRAFETAB, Faranak. *Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 18, n. 3, p. 363-377, 2016.

SANTO AMORE, C. Da Refavela ao Koyaanisqatsi, duas músicas para o pó, a lama e o “CAUS”. e-Metropolis - Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro. ano 11, n. 40, p. 08-17, março de 2020. Disponível em: [http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\\_pdfs/000/000/042/original/emetropolis\\_40\\_v3.pdf?1588776237](http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/042/original/emetropolis_40_v3.pdf?1588776237). Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *Espaços Urbanos Coletivos, Heterotopia e o Direito à Cidade: Reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey*. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura e MONTE-MÓR (Orgs.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

SIMONE, AbdouMaliq. *Pirate Towns: Reworking Social and Symbolic Infrastructures in Johannesburg and Douala*. Urban Studies, v. 43, n. 2, p. 357–370, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Revista crítica de ciências sociais, n. 63, p. 237-280, 2002.

TANAKA, Giselle Megumi Martino; DE OLIVEIRA, Fabricio Leal; COLI, Luis Régis. *Planejamento Autônomo e Ação Política na Produção da Cidade: Movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo*. Anais ENANPUR, v. 19, n. 1, 2019.

USINA CTAH. “Arquitetura, Política e Autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais.” In: *Usina: entre o projeto e o canteiro / organização Ícaro Vilaça e Paula Constante*; prefácio Sérgio Ferro. São Paulo : Edições Aurora, 2015. p. 93-105

USINA CTAH. “Processos de Projeto como Construção de Autonomia.” In: *Usina: entre o projeto e o canteiro / organização Ícaro Vilaça e Paula Constante*; prefácio Sérgio Ferro. São Paulo: Edições Aurora, 2015. p. 155-16

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Código de Financiamento 001.